

# *São Paulo também discute LDO*

MARCELO HARGREAVES

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do Estado de São Paulo para o ano de 1992 deve ser votada hoje na Assembleia Legislativa. Ontem, quando a LDO entrou na ordem do dia pela primeira vez, foi um dia de negociações e discussões em plenário. O texto original, enviado pelo governo ao Legislativo em 30 de abril, recebeu cerca de 200 emendas, quase todas com acordo já fechado. A LDO é a melhor chance que os deputados têm de interferir na composição do orçamento do governo.

O ponto que tem sido mais difícil de se chegar a um acor-

do diz respeito aos recursos destinados às universidades estaduais. Ano passado a LDO estipulou que o limite mínimo de recursos a serem repassados à USP, Unicamp e Unesp seria de 8,4% da arrecadação do ICMS. Este ano não foi fixado um valor mínimo e houve diversas emendas que pretendiam subir para até 10,5%. Mas a bancada do governo rejeitou todas as emendas neste sentido, inclusive a de autoria do deputado Edinho Araújo, do próprio PMDB. O líder demissionário do PSDB, Roberto Engler, afirmou que não entende porque o governo não permite a aprovação de uma emenda proposta pelo seu partido.